

“Manifestação do chefe da missão foi um ato falho”

por Ana Lúcia Schettino
de Belo Horizonte

O governador do Rio, Leonel Brizola, classificou como um “ato falho” a manifestação do chefe da missão do FMI, José Fajgembaum, sobre a necessidade de o governo efetivar mudanças em sua Constituição federal para promover o desenvolvimento econômico do País. Ele não acredita que a suspensão das negociações com o Fundo confirmada na última segunda-feira, pelo Ministério da Economia, vai afetar a atração de capitais estrangeiros para o Brasil e exemplificou: “O presidente Juscelino Kubitschek passou todo o seu governo rompido com o FMI e fez o que fez”, declarou.

Brizola ressaltou que cabe, agora, à direção do Fundo chamar de volta a missão que está no Brasil e passar-lhe “uma boa raspana” e até mesmo “um puxão de orelha para aprender a não se meter onde não deve”, disse ao acrescentar que em pouco tempo o diálogo com o governo brasileiro voltará ao normal.

O governador do Rio esteve ontem em Belo Horizonte, acompanhado do prefeito daquela cidade, Marcelo Alencar, e deputado Roberto D'Ávila para a inauguração do hipermercado Bon Marché, o primeiro em Minas e o segun-

evento, ele participou de uma rápida conversa com o governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, e com Agripino Maia, do Rio Grande do Norte, que também veio participar da inauguração. O governador mineiro ratificou a decisão do governo brasileiro em suspender a negociação, uma vez que a política econômica de um país é um assunto interno e cabe ao Poder Executivo comandá-la. A mesma opinião foi apresentada por Agripino Maia ao ressaltar que o encontro dos governadores de Minas e do Rio não teve um caráter político, mas administrativo.

“Nós recebemos administrações quebradas e vamos reestruturá-las seguindo o caminho da moralidade”, disse. O momento, segundo ele, é de unir esforços para ajudar o governo federal, através da poupança de recursos, para que ocorra uma compensação de ajuda, favorecendo o desenvolvimento nacional.

Brizola voltou a se manifestar contrário ao processo de privatização elaborado pelo governo. Para ele não existe a privatização se não ocorrer democratização de capital e não se deve começar por empresas lucrativas, mas por aquelas que estão “pesando a máquina administrativa”. Nesse sentido, ponderou,